

Carta do Paraná

Nós, cidadãos e cidadãs do estado do Paraná, trabalhadores do campo e da cidade, autoridades e membros de entidades do serviço público e do setor privado representantes de mais onze milhões de milhões de paranaenses, presentes à Audiência Pública sobre a Reforma da Previdência na Assembleia Legislativa do Paraná em 15 de março de 2017, vimos a público **alertar e externar nossa preocupação com os danos indelévels e nefastos** que a eventual aprovação da Proposta de Emenda Constitucional PEC 287 / 2016 poderia vir a causar aos brasileiros.

Repudiamos a forma atabalhoada e imprudente como tal medida, intitulada Reforma da Previdência, vem sendo conduzida pelo governo federal, com repercussão direta no trâmite acelerado da PEC no Legislativo Federal. Não aceitamos, em hipótese alguma, que uma proposição de tal magnitude, que atinge irreversivelmente milhões de cidadãos, seja aprovada sem uma **ampla discussão e debate** com a sociedade brasileira.

Destacamos que além de estar **na contramão de tratados internacionais** dos quais o Brasil é signatário, a PEC 287-16 **contraria gravemente princípios e garantias estabelecidos na Constituição Federal de 1988**. Cria um bolsão de miseráveis, fere princípios de justiça social e impõe à sociedade um elevado custo social, penalizando milhões de cidadãos com progressiva ausência de proteção do estado, proteção essa que esses mesmos cidadãos ajudaram a custear.

Nesse sentido, urge que os dados da Previdência Social sejam apresentados com clareza e transparência a todos. **Exigimos a imediata realização de Auditoria nas contas da Previdência**. É direito inalienável de todos saber os orçamentos, as receitas e despesas passadas, presentes e futuras desse organismo de proteção social que já goza de sólida consolidação nos ordenamentos jurídico e social brasileiros. Apoiamos, também, a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal, medida já empreendida pelo senhor senador Paulo Paim.

Repudiamos toda e qualquer tentativa de retirada de direitos de forma sorrateira, sem o devido debate com a sociedade brasileira e chamamos a atenção e a responsabilidade dos senhores deputados federais e senadores no sentido de impedir o desmonte da Previdência Social no Brasil. **Não admitimos a injusta possibilidade de taxaço dos nossos agricultores**, que, relegados à informalidade, hoje podem comprovar sua atividade profissional por meio de notas fiscais de produtor, tendo, desta forma, acesso ao benefício da aposentadoria.

Por fim, **conclamamos a todos os brasileiros e brasileiras** para que se juntem aos paranaenses no ideal dessa Carta, com vistas à garantia de respeito aos nossos direitos constitucionais, conquistados a duras penas por todos nós ao longo de décadas e décadas de luta.

Curitiba, 15 de março de 2017

Entidades e autoridades signatárias da Carta de Curitiba

Associação dos Magistrados do Paraná – AMAPAR

Associação Paranaense do Ministério Público - APMP

Associação dos Procuradores do Estado do Paraná - APEP

Ministério Público do Trabalho do Paraná - MPT

Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná - SINDICONTAS

Associação Paranaense dos Juízes Federais - APAJUFE

